

01 – No que respeita ao Direito Administrativo, assinale o que for correto.

- 01) Para a realização de serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos, a administração pode se utilizar dos tipos de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço".
- 02) A licitação poderá ser dispensada, a critério de conveniência e oportunidade do administrador, independentemente de hipótese legal para tanto.
- 04) Poder discricionário é a faculdade de que dispõem os chefes do Poder Executivo, em todas as esferas, de explicar a lei para sua correta execução.
- 08) O regime estatutário é aquele em que os direitos e deveres do servidor estão contidos basicamente num Estatuto, que não pode ser alterado no decorrer da vida funcional do servidor, salvo se com sua anuência.
- 16) A responsabilidade civil do Estado por conduta omissiva não exige caracterização da culpa estatal pelo não cumprimento de dever legal, uma vez que a Constituição Federal Brasileira adota para a matéria a teoria da responsabilidade civil objetiva.

02 – No que respeita ao Direito Administrativo, assinale o que for correto.

- 01) São requisitos simultâneos para a aquisição de estabilidade no serviço público: aprovação em concurso público, três anos de efetivo exercício, nomeação para cargo de provimento efetivo e aprovação em avaliação especial de desempenho.
- 02) Reintegração é o ato pelo qual o funcionário demitido reingressa ao serviço público, com o ressarcimento de prejuízos, que decorrerá de sentença judicial transitada em julgado ou de decisão administrativa.
- 04) Para fins da Lei nº 8.666/93, considera-se obra não só a construção, mas também a reforma, recuperação ou ampliação, independentemente de que seja realizada por execução direta ou indireta.
- 08) Dizer que determinado ato administrativo é discricionário equivale a afirmar que se está diante de ato praticado conforme juízo de oportunidade e conveniência do administrador dentro das opções expressamente previstas em lei, o que, portanto, possibilita controle de legalidade pelo Poder Judiciário.
- 16) Diante do cometimento de ilícito administrativo por parte de ocupante de cargo em comissão, a administração o exonerou apenas indicando essa circunstância, sem nenhum procedimento administrativo prévio, sendo que, nesse caso o ato de exoneração é nulo.

03 – No que respeita ao Direito Administrativo, assinale o que for correto.

- 01) A anulação do ato administrativo pode ser ordenada tanto pelo Poder Judiciário como pela própria administração.
- 02) Os contratos administrativos, em regra não se submetem à exigência de prévia licitação.
- 04) A publicidade dos atos e programas de governo nos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo e de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, devendo guardar o sentido de prestação de contas.
- 08) Dentre os princípios explícitos na Constituição Federal Brasileira que norteiam o Direito Administrativo estão os da moralidade, da impessoalidade, da eficiência e da autotutela.
- 16) Em razão da observância ao princípio da publicidade, conforme previsão expressa na Lei nº 8.666/93, os contratos administrativos devem ser publicados integralmente, no órgão da imprensa oficial e resumidamente no boletim interno do órgão contratante.

04 – No que respeita ao Direito Administrativo, assinale o que for correto.

- 01) São requisitos do ato administrativo a forma, competência, finalidade e motivo, sem os quais o ato pode ser considerado nulo.
- 02) O convite revela-se a mais formal das modalidades de licitação, consistindo na iniciativa da Administração em convocar no mínimo duas empresas do ramo pertinente ao objeto licitado.
- 04) Considera-se empresa pública a pessoa jurídica de capital público, instituída por ente estatal, com a finalidade prevista em lei, eis que visa o lucro.
- 08) Reintegração é o retorno do servidor ao mesmo cargo de que foi demitido, com pagamento integral dos vencimentos e vantagens do tempo em que esteve afastado, uma vez que reconhecida a ilegalidade da demissão em decisão judicial.
- 16) É possível o acúmulo remunerado de cargo ou função pública, de dois cargos de professor e um de médico, desde que haja a declaração expressa em formulário próprio, independente da carga horária.

05 – No que respeita ao Direito Administrativo, assinale o que for correto.

- 01) O poder de polícia refere-se ao controle estatal das atividades e dos interesses individuais, para mantê-los nos seus justos limites sem prejudicar outrem, ou para restringi-los por motivo de interesse público.
- 02) É inexigível a licitação para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, independente do valor adquirido.
- 04) Para a aplicação das penas que impliquem perda do cargo para funcionário estável como a demissão e a cassação da aposentadoria basta a abertura de sindicância administrativa.
- 08) O princípio da autonomia da vontade permite à Administração Pública fazer tudo o que a lei não proíbe.
- 16) Os principais contratos administrativos são o de concessão de serviço público, o de obra pública, o de concessão de uso do domínio público e os contratos de fornecimentos em geral.

06 – No que respeita ao Direito Administrativo, assinale o que for correto.

- 01) O ato administrativo final, cuja prática é indispensável a licitação quando exigida, e que antecede, após a homologação do resultado do procedimento, a formalização do contrato administrativo, denomina-se adjudicação.
- 02) São considerados atributos do ato administrativo a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e a presunção de legitimidade.
- 04) Os atos administrativos podem ser anulados por razões de ilegalidade, pela Administração ou pelo Poder Judiciário.
- 08) A desclassificação do licitante motivada pelo não atendimento às exigências constantes do instrumento convocatório do certame, está diretamente relacionada com o princípio do sigilo na apresentação das propostas.
- 16) A demissão do servidor também ocorrerá quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.

07 – No que respeita ao Direito Constitucional, assinale o que for correto.

- 01) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- 02) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, salvo por autorização de maioria absoluta do Congresso Nacional.
- 04) Podem propor Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade a associação sindical ou entidade de classe de âmbito estadual.
- 08) Compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- 16) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e Senado Federal. A primeira se compõe de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada Estado, Território e no Distrito Federal. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

08 – No que respeita ao Direito Constitucional, assinale o que for correto.

- 01) Compete privativamente a União legislar sobre direito civil, processual, tributário, eleitoral, penitenciário e agrário.
- 02) Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis orgânicas, votadas em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias e aprovada por dois terços dos membros da assembléia Legislativa.
- 04) O Mandado de Segurança Coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- 08) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- 16) Podem propor ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade o Governador de Estado e a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

09 – No que respeita ao Direito Constitucional, assinale o que for correto.

- 01) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros e naturalizados que preenchem os requisitos estabelecidos em lei.
- 02) É permitida a acumulação de dois cargos públicos de professor, exceto se houver incompatibilidade de horário.
- 04) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre organização administrativa e judiciária, serviços públicos e pessoal da administração dos territórios.
- 08) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matérias reservadas a lei complementar.
- 16) A discussão e a votação de lei de iniciativa do Presidente da República poderão iniciar na Câmara dos Deputados, mas as de iniciativa do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.

10 – No que respeita ao Direito Constitucional, assinale o que for correto.

- 01) Tratando-se de projeto de lei de iniciativa do Presidente da República sobre aumento de remuneração dos servidores públicos da administração direta da União, é vedada qualquer proposta de emenda parlamentar, ainda que não importe aumento de despesa.
- 02) Os direitos fundamentais expressos na Constituição Federal Brasileira não excluem outros decorrentes de tratados e convenções internacionais que tratem de direitos humanos e que sejam aprovados por três quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso, em dois turnos, quando terão *status* constitucional.
- 04) No Mandado de Segurança individual ou coletivo, o sujeito passivo ou autoridade coatora é a pessoa de direito público a que pertence a autoridade que praticou, ou está na iminência de praticar o ato violador do direito. Também pode ser agente de pessoa jurídica de direito privado no exercício de atribuições do poder público.
- 08) As empresas públicas se sujeitam ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações trabalhistas. Porém, necessitam observar a regra rígida de contratação de servidores mediante concurso público.
- 16) A União pode intervir nos Estados e no Distrito Federal, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública ou garantir o livre exercício de qualquer dos poderes nas unidades da Federação. Se a União intervir em Estado para garantir o livre exercício de qualquer um dos poderes o fará mediante requisição do poder coagido.

11 – No que respeita ao Direito Processual Civil, assinale o que for correto.

- 01) Em uma ação de conhecimento, ao autor é permitido alterar o pedido antes da citação do réu, independentemente de seu consentimento.
- 02) No caso de suspensão do processo, nenhum prejuízo sofrem os atos processuais já praticados e os prazos iniciados antes da suspensão têm a fluência restabelecida apenas pelo restante necessário a completar o prazo legal.
- 04) Declarada a incompetência absoluta, todos os atos decisórios serão nulos e os autos remetidos ao juiz competente.
- 08) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá oferecer oposição contra ambos.
- 16) Na ação em que interveio o assistente simples, por força da justiça da decisão, não poderá o assistente discutir em processo futuro os motivos de fato e de direito da sentença proferida entre o assistido e a parte contrária, salvo as exceções previstas em lei.

12 – No que respeita ao Direito Processual Civil, assinale o que for correto.

- 01) A sentença terminativa que encerra o processo sem julgamento do mérito, por reconhecimento de litispendência, faz coisa julgada formal e por isso não impede o autor de renovar a propositura de outra ação com pedido idêntico.
- 02) Observar-se-á o procedimento sumário nas causas de qualquer valor que versem sobre o ressarcimento de danos causados em acidentes aéreos.
- 04) O princípio da publicidade não impede que existam processos em segredo de justiça, no interesse das próprias partes. Esse sigilo é restrito a estranhos, enquanto não prejudicar o interesse público à informação.
- 08) É competente o foro do domicílio ou residência do alimentando para a ação em que se pedem alimentos.
- 16) A paralisação do processo por mais de seis meses, em razão de negligência das partes, autoriza a extinção do processo sem julgamento de mérito.

13 – No que respeita ao Direito Processual Civil, assinale o que for correto.

- 01) A produção de provas em audiência segue a seguinte ordem: depoimento pessoal do autor e do réu, oitiva de testemunhas do autor e do réu e oitiva de peritos e assistentes técnicos.
- 02) Na ação que tenha por objeto a entrega da coisa, deferida a tutela específica e não cumprida a obrigação no prazo fixado, em razão da alienação da coisa, o credor poderá optar entre pleitear a conversão da prestação em perdas e danos ou pleitear que se expeça ordem para que o terceiro entregue a coisa, sob pena de busca e apreensão ou imissão na posse, conforme se trate de coisa móvel ou imóvel.
- 04) A relação processual não terá existência válida quando a capacidade processual das partes estiver ausente, ou quando esta não for devidamente integrada; constatado o defeito da capacidade, o juiz deverá ensejar sua regularização, marcando prazo razoável, com a suspensão do processo.
- 08) Por representar garantia constitucional que visa a proteção do interesse público, é exigido o duplo grau de jurisdição em todo e qualquer processo em que pessoas jurídicas de direito público sejam partes ou intervenientes.
- 16) A apelação será sempre recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo. Os recursos especial e extraordinário não têm efeito suspensivo.

14 – No que respeita ao Direito Processual Civil, assinale o que for correto.

- 01) A devedora será citada para efetuar o pagamento da dívida em 10 dias, na execução por quantia certa contra a fazenda pública.
- 02) É definitiva a execução fundada em título extrajudicial; é provisória enquanto pendente apelação da sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos com efeito suspensivo.
- 04) O credor ao requerer a execução deve pedir a citação do devedor, e, também, pedir ao contador judicial a atualização do débito até a data da propositura da ação, quando se tratar de execução por quantia certa.
- 08) Na execução, compete ao executado comprovar que as quantias depositadas em conta corrente são pecúlios, montepios, soldos.
- 16) Há excesso de execução quando o credor, sem cumprir a prestação que lhe corresponde, exige o adimplemento do devedor.

15 – No que respeita ao Direito Processual Civil, assinale o que for correto.

- 01) O recurso extraordinário e o recurso especial não impedem a execução da sentença, bem como a interposição do agravo de instrumento nunca obsta o andamento do processo.
- 02) Na apelação, no recurso especial, nos embargos infringentes, no recurso ordinário o prazo para interpor é de 30 dias para a Fazenda Pública.
- 04) Concedida a antecipação total dos efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, prosseguirá inalterada até o julgamento final do processo.
- 08) Extingue-se o processo, sem resolução de mérito quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- 16) Ainda que a causa principal penda de julgamento no tribunal, processar-se-á no primeiro grau de jurisdição o pedido de alimentos provisionais.

16 – No que respeita ao Direito Processual Civil, assinale o que for correto.

- 01) É competente o foro do lugar onde está a sede, para a ação em que for ré a pessoa jurídica, entretanto poderá modificar-se pela conexão ou continência.
- 02) A citação válida torna prevento o juízo e, ainda, quando ordenada por juiz incompetente constitui em mora o devedor.
- 04) Havendo antecipação da audiência, o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, mandará intimar pessoalmente os advogados para ciência da nova designação.
- 08) A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente e na mesma peça.
- 16) Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la por meio de embargos de declaração.

17 – No que respeita ao Direito Civil, assinale o que for correto.

- 01) O princípio da *pacta sunt servanda* não admite exceções, uma vez que qualquer revisão do contrato atentaria contra o princípio da boa fé, atualmente consagrado no art. 422 do Código Civil Brasileiro.
- 02) A boa fé objetiva é princípio contratual com diversas diferentes funções, não se limitando à regra de interpretação do negócio jurídico.
- 04) Pelo princípio da liberdade contratual autoriza-se a celebração de qualquer tipo de contrato, desde que sua escolha recaia sobre um dos tipos contratuais previstos no Código Civil.
- 08) A liberdade de forma admite exceções, como nos casos em que a própria lei exige a forma através da qual o contrato deve ser pactuado.
- 16) Dolo é a indução em erro de uma parte do negócio jurídico, isto é, quando o sujeito passa a ter falsa representação da realidade.

18 – No que respeita ao Direito Civil, assinale o que for correto.

- 01) O casamento e a união estável são reconhecidos como entidades formadoras da família, sendo caracterizada como união estável a sociedade de fato formada por duas pessoas de sexos diferentes, mesmo se uma ou ambas forem casadas e apenas separadas de fato. A lei assegura aos conviventes os mesmos direitos das pessoas casadas, inclusive quanto ao regime patrimonial.
- 02) Ninguém pode ser adotado por mais de uma pessoa, a não ser que os pretensos adotantes sejam marido e mulher ou companheiros estáveis. Mesmo divorciados, podem adotar conjuntamente, desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância da sociedade conjugal.
- 04) O casamento religioso celebrado sem as formalidades legais pode ser inscrito no registro civil a qualquer tempo, bastando que se faça a devida habilitação perante a autoridade competente, e os efeitos jurídicos, ainda que tardio o registro, retroagem à data da celebração do casamento religioso.
- 08) O autor da herança só pode excluir de sua sucessão herdeiro colateral, por meio de testamento e em virtude de comprovada indignidade desse herdeiro.
- 16) A fixação dos alimentos, sempre levará em conta a necessidade do alimentando e a capacidade do alimentante. Se este não puder suportar totalmente o encargo, serão chamados os parentes de grau imediato, que, se forem plurais, dividirão o encargo na proporção dos respectivos recursos.

19 – No que respeita ao Direito Civil, assinale o que for correto.

- 01) Os bens públicos dividem-se em três tipos, a saber: os de uso comum do povo; os de uso especial e os dominicais, sendo que os bens de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis.
- 02) A decadência pode ser alegada inclusive pelo juiz *ex officio*, mas a prescrição não pode, visto que só pode ser arguida pela parte beneficiada.
- 04) A novação é o negócio jurídico que extingue parcialmente uma obrigação e constitui outra, desde que ratificado pelas partes.
- 08) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal.
- 16) A fundação se distingue da associação e da sociedade porque, ao contrário destas, resulta da união de esforços de pessoas com o mesmo objetivo, não necessitando da afetação de um patrimônio a determinada finalidade.

20 – No que respeita ao Direito Civil, assinale o que for correto.

- 01) O erro quanto ao motivo que levou uma das partes a celebrar o ato negocial, mesmo sendo esse motivo a razão determinante da realização do negócio, não acarretará a anulação por vício na manifestação da vontade.
- 02) Em ação de investigação de paternidade, consoante a jurisprudência do STJ, a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA constitui presunção absoluta da sua paternidade.
- 04) A manifestação expressa e direta perante Juiz de Direito implica em reconhecimento de filhos, ainda que fora da sede de investigação.
- 08) Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.
- 16) Na obrigação solidária passiva, cada um dos devedores está obrigado ao cumprimento integral da obrigação, que pode ser exigido de todos conjuntamente ou de apenas um deles.